

ENSAIO

A vida em tempos extremos: não-direitos e a necessidade de novas formas de sociabilidade

Life in extreme times: non-rights and the need for new forms of sociability

Monique Borba Cerqueira^I, Isadora Borba^{II}

Resumo

Pensar o cenário de ruínas e a possibilidade de criar outras paisagens para a vida diante da insuspeita normalidade tóxica que agride nossa imaginação, liberdade e desejos é a intenção deste ensaio. Abrimos o debate sobre população em situação de rua e saúde descendo ao abismo da realidade contemporânea para interrogar o pessimismo distópico, baseado em posturas impiedosas que fazem a noção de bem comum desintegrar. Cabe olharmos em outra direção que nos empurra para a possibilidade de sermos outros, diferentes do que somos, reforçando toda luta a partir das forças insurgentes, criadoras do presente em busca de novas perspectivas societárias. As relações entre os seres humanos e não humanos podem ser outras, os dualismos não mais nos servem, os horrores da vida civilizada na atualidade nos entristece, inibe e destrói.

Palavras-chave: Incivildade contemporânea; Não-direitos; Novas formas de sociabilidade

Abstract

To think about the scenario of ruins and the possibility of creating other landscapes for life in light of the unsuspected toxic normality that attacks our imagination, freedom and desires is the intention of this essay. We open the debate on people in situations of homelessness and health, descending into the abyss of contemporary reality in order to question the dystopian pessimism, based on merciless postures that make the notion of common good disintegrate. It is up to us to look in another direction that pushes us towards the possibility of being other than what we are, reinforcing every struggle from insurgent forces, which create the present, in search of new societal perspectives. The relationships between human and non-human beings can be different, dualisms no longer serve us, and the horrors of civilized life today sadden, inhibit and destroy us.

Keywords: Contemporary incivility; Non-rights; New forms of sociability



^I Monique Borba Cerqueira (moniqueboreau@gmail.com) possui graduação em Ciências Sociais (UERJ), Mestrado em Sociologia (UNICAMP), Doutorado em Políticas Sociais e Movimentos Sociais pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social (PUC/SP), Pós-Doutorado em Ciências Sociais (PUC/SP), é Pesquisadora Científica do Estado de São Paulo / Instituto de Saúde – Brasil.

^{II} Bacharel em Biomedicina, Especialista em Direitos Humanos e Saúde – ENSP/FIOCRUZ.

É que penso e ajo como se soubesse na carne quais as potencialidades verdadeiras do Brasil, por ter entrado num diálogo com suas motivações profundas – e simplesmente não concluo que somos um mero fracasso fatal. Aprendi então a reconhecer os indícios de formação de forças regeneradoras e, embora saiba que aposto com alto risco, sempre sou levado a dobrar minhas fichas.
(Caetano Veloso, *Verdade Tropical*)

O mundo atual vive tempos extremos, uma era de não-direitos e estranhamento ao social. Praticamente metade da humanidade vive em situação de pobreza. A cada quatro segundos morre uma pessoa de fome no mundo.¹ Segundo Dados do World Inequality Lab (Laboratório das Desigualdades Mundiais), somente no Brasil os 10% mais ricos possuem 80% do patrimônio privado do país.² Observa-se uma regra geral em nossa sociedade que expõe níveis alarmantes de desigualdade: quanto mais o trabalho desempenhado beneficia outras pessoas, menor remuneração e valorização ele terá. É assim que enxergamos com temor “formas de soberania cujo projeto central não é a luta pela autonomia, mas a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição de corpos humanos e populações.”³ (p. 10-11). Um movimento tirânico é afinado à compulsão mortífera e obediente à economia, concebido como produtivismo supremo, razão da devastação em curso.

Esse complexo processo de dominação e poder aciona modos de desvitalização que humilham, submetem e eliminam a força de seres humanos à revelia das instituições políticas, econômicas e meios de comunicação. Todos reconhecem o sofrimento econômico e social de milhões de pessoas, mas o mundo não se empenha na sua reversão. A nossa civilização convive, aceita e banaliza o processo de descarte humano inscrito na maximização das vulnerabilidades sociais e econômicas – é a onipresença do ter, possuir, absolutizado como o ar que se respira. Assim Marx antevia a nossa subserviência ao deus dinheiro nos Manuscritos econômico-filosóficos de 1844.

*A propriedade privada nos fez tão cretinos e rasos que um objeto só é nosso quando o temos – quando ele existe para nós como capital. Ou quando é por nós imediatamente possuído, comido, bebido, vestido, habitado etc – enfim, quando é por nós usado. O lugar de todos os sentidos físicos e espirituais passou a ser ocupado, portanto, pela pura alienação de todos esses sentidos: pelo sentido de ter. (...)*⁴

O dinheiro está incorporado à mecânica e à gramática geral da vida e do cotidiano, não se pergunta mais sobre seu significado. No entanto, sabemos que corpos de milhões de escravizados por séculos foram submetidos ao poder do dinheiro; humilhados, doentes, massacrados, precarizados de todo mundo por dinheiro. Trata-se da alienação e capitalização do humano — a suma imbecilidade que exclui e destrói por dinheiro. Foi essa mesma exaltação da humanidade moderna modelada pelo poder financeiro que se tornou argumento indisfarçável de extermínio e morte.

Estamos juntos sozinhos. O social é visto com estranhamento entre nós, cada vez mais desligados de qualquer sentimento de pertencimento e sociabilidade. Não assumimos obrigações solidárias para com o outro e é exatamente esse nível de mobilização social que se faz urgente. Precisamos declarar posições de existência, recomeçar uma experiência decisiva no reforço do que somos, do que queremos e precisamos. É necessário agregarmos novas qualidades e nos reconhecemos escapando aos gestos travados, à negação das circunstâncias caóticas que vivemos. Mais que nunca é fundamental estarmos presentes como sujeitos, libertando a vida como inclinação coletiva do pensamento crítico. A insurreição necessária é a reelaboração de modos de luta, modos de se afeiçoar à vida contra as venalidades impiedosas da atualidade. São as vidas humanas que dão sentido aos projetos coletivos e não as aparelhagens da devastação.

Vivemos o aprofundamento da instabilidade - uma sobreposição de crises, conflitos, tensões, transtornos, incertezas em um contexto recente de extermínio das diferenças no país.

Assistimos, portanto, não a uma crise, mas a uma espécie de colapso de paradigmas, que aponta para o esgotamento das formas de viver. Trata-se de um fenômeno que arrasta a esfera global, onde as representações políticas são incapazes de proteger a vida e de ofertar perspectivas futuras. Não estamos mais falando de uma crise que dê lugar às rápidas reorganizações do capitalismo. Trata-se, em última análise, de “experiências contemporâneas de destruição humana”³ (p.11) que se diferenciam da política, da soberania e do sujeito presentes no discurso filosófico da modernidade. Vive-se na fronteira da morte e destruição do próprio Estado moderno, no descrédito pelas causas ecológicas e no limite do extermínio global.

Na atualidade, uma dura realidade local, regional e mundial é evidenciada por uma intensa toxicidade incapaz de proteger e afirmar qualquer dimensão da existência. Nesse contexto de brutalidade do real, surgem movimentos de reorganização da sociedade que, embora minoritários, apresentam-se: lutas antirracista, quilombola, feminista, trabalhista, indigenista, anticolonial. Precarizados de toda ordem, como motoboys, motoristas de aplicativos, movimento nacional da população em situação de rua e tantos outros fazem tentativas de ocupar a cena social. O que une todos esses movimentos é a certeza de que suas vidas estão ameaçadas e que eles talvez não tenham direito, em curto prazo, sequer às sobras da sociedade de consumo. Nas palavras de Lazarato⁵:

(...) o capitalismo pode começar a implodir e a sua putrefação pode começar a infectar a todos (mas respeitando as rigorosas diferenças de classe). O que não significa o fim do capitalismo, mas a sua longa e extenuante agonia que poderá ser dolorida e feroz⁵ (p.92).

Desempregados aos milhões, supérfluos aos milhões, famintos aos milhões — assim vão se delineando os contornos da proletarização da sociedade brasileira. A conspiração infecciosa que atravessa a vida política, na qual a trapaça prolifera, aprofunda o agravamento das desigualdades e dá palco à emergência de uma lógica desigual ainda mais opressiva.

Nesse caso não se trata de uma ampla classe média — à qual dizem, contudo, pertencer a maioria dos indivíduos —, mas de um mundo fracionado segundo uma infinidade de critérios e dimensões. Constitui-se um universo social dentro do qual nós somos mais ou menos desiguais em função das diversas esferas às quais pertencemos. Somos desiguais “na qualidade de: assalariado mais ou menos bem pago, protegido ou precário, diplomado ou não, jovem ou idoso, mulher ou homem (...). Esta lista infinita não é realmente nova”⁶ (p.11).

Aquilo que há de comum neste reino de discriminações e dominação é o profundo desprezo pela vida. A aposta, portanto, é no apagamento dos direitos e legitimação das desigualdades — produção de insegurança, individualismo e máxima competitividade entre os viventes.

Na fornalha onde se aquece com requinte a exploração dos trabalhadores estão as políticas neoliberais do “salve-se quem puder”, alinhadas ao processo de financeirização do capital, em que o extraordinário volume de dinheiro em circulação promove a dramaturgia ficcional do capital — o chamado rentismo. É o sistema-mundo em crise estrutural e desequilíbrio permanente, no qual as finanças mundiais dão centralidade ao capital que rende juros — papéis de bancos, fundos que só possuem como suporte a dívida pública e o mercado de ações das empresas. A sociedade aparece como mera espectadora da trama lucrativa imposta a setores como educação, saúde, previdência – é a completa pulverização do Estado

de bem-estar social ou de qualquer mecanismo que garanta uma política de proteção social.

Um breve olhar piedoso sobre a causa social assiste aos jovens vivendo impactos brutais em suas vidas, com estratosféricas taxas de desemprego e o esgarçamento das políticas educacionais. Empurrada para o setor informal, a juventude praticamente não conta mais com garantias trabalhistas, é vítima da baixa remuneração e alta rotatividade e sua criatividade é capturada pela ânsia insaciável das redes sociais.

Todo esse sequestro dos direitos veio acompanhado da revolução comunicacional que permitiu a instantaneidade nas transações acionadas por nossos próprios aparatos eletrônicos, como os smartphones, que nos convocam a ser protagonistas nos processos de circulação e consumo. Nós movemos todo processo de exploração de forma tácita – essa é a maior e pior ironia. Contribuímos, e muito, para concentrar as perdas nos setores mais vulneráveis da população, obedientes à lógica meramente contábil e lucrativa, eufóricos com a digitalização da vida. Arbitramos, assim, consciente ou inconscientemente em prol da manutenção do quadro mais letal à sociedade brasileira — pobreza e miséria.

Sob essa mesma lógica, historicamente demos carta branca a grupos e gangues que comandaram o Brasil, cuja experiência recente foi tão somente a de legitimar a impossibilidade de governar e perpetuar a ideia de um país ingovernável. Essa é a estampa da gestão de morte imposta ao país.

O caso brasileiro se torna ainda mais chocante ao constataremos a falta de seriedade segundo a qual são tratadas as coisas políticas. A política é ridícula e, ao mesmo tempo, aquilo que nos faz sofrer⁷. Mas a bufonaria nacional não é engraçada, ela está a serviço de um poder pífio que neutraliza as reações de uma sociedade inteira.

As cenas ridículas – e seus personagens conhecidos – traduzem o sentido da política em nossos dias, não como uma bagunça espontânea feita por gente despreparada para os cargos que ocupa. A esbórnica política em que vivemos é produzida e sustentada pelos objetivos do poder. O

mal-estar político de nossos dias é efeito do ridículo produzido para nos afastar da política⁸ (p. 10).

No pior dos mundos, estamos submetidos à virulência da trapaça, em que a política não assegura uma vida para toda a comunidade, ao contrário, um modo infeccioso de comportamento é inserido na vida pública pelo trapaceiro^{III}. “A característica mais importante dessa figura é que ela é externa a qualquer laço social ou humano. Um trapaceiro não pertence a lugar algum, não participa de nada, não se importa, não sente”⁹ (p. 16).

Entre ferimentos e esperanças, trata-se de administrar a ofensiva de urgência como forma de mobilização, para costurar o tecido social rompido pela máquina de extermínio que se avolumou como eixo letal da atualidade brasileira. Incapacidade de empatia, desprezo pelo outro, ódio são emblemas do máximo pesadelo oferecido como “bônus da nação” aos “menos eficientes”, ignorados, abandonados.

Nos últimos anos, a sociedade brasileira não foi invadida somente por ultrajes retóricos, grosserias e ignorância. Fomos submetidos a uma realidade de ausência de segurança, perda de estabilidade financeira, cultural e política. Enquanto a classe média se interroga quanto ao preço do quilo da carne, surge uma fronteira muito tênue separando a pauperização, a miserabilidade e a passagem das pessoas à situação de rua. Neste deslugar emerge uma sociedade civil incivil¹⁰ habitada por seres completamente invisíveis que, a rigor, não possuem quaisquer direitos. Embora a humilhação e indignidade imposta ao povo brasileiro venham historicamente de longe, a crise sanitária instaurou um ciclo de perturbação e morte irrestrita e desigual. Nesse sentido, ainda que o contexto de desbotamento social não seja exatamente novo, um cenário excepcional de ruína tornou-se ícone recente do país.

Por tudo o que vemos, tudo o que sentimos e, sobretudo, por tudo o que nos escandaliza, a resposta que a sociedade precisa não é somente econômica,

^{III} O trapaceiro foi uma figura cunhada na Antropologia por Paul Radin. “The trickster: a study in American Mythologie”. Nova York: Schocken, 1972.

mas social. O Brasil foi um dos últimos países a abolir a escravidão e o que mais recebeu escravizados negros no século XIX. Socialmente ainda reproduzimos a lógica do latifúndio escravista. É importante lembrar que o senhor de direitos, o cidadão, foi aquele que, muitas vezes, transformou interesses particulares em universais. E o humano marginal sempre foi o excluído, o apagado, exterminado por uma política estrutural de morte.

Um longo processo histórico de brutalidade esmagou levantes e grupos que ousaram contra o poder no país. A utopia de civilizar o capitalismo mostrou desde sempre quem podia ser visível ou ameaçado, discriminado ou descartado. Esse é o contexto que mantém o Brasil como mero exportador de matéria-prima, ironicamente alimentando grande parte da população mundial, enquanto enfrenta uma grave crise de segurança alimentar. Um país que sempre sustentou a pecha da servidão internacional, cujo atributo de povo alegre e criativo continua a ser vista como nação infantilizada e inferior, foi tomada nos últimos anos pelo ódio, o estímulo à violência e destruição no âmbito cotidiano, político e das instituições. A combatida democracia garantidora de direitos passou a ser frontalmente ameaçada. As agendas de inclusão social foram substituídas pela polarização, políticas do medo e naturalização da indignidade.

A classe média não quer só ganhar mais que os pobres. Ela também quer se deliciar com o prazer sádico e covarde que antes era apanágio do senhor dos escravos: o gozo da humilhação contra quem não tem defesa e precisa aturar calado a piada, o abuso, o insulto, a humilhação sob todas as formas. Não é apenas a revolta - mesquinha, mas racional - contra o acesso dos pobres à universidade e por vê-los competir pelo bom emprego. É a raiva também por usar o mesmo avião (...). É desse modo que a escravidão e o ódio ao escravo, agora atualizado como o ódio ao pobre, continua no âmago do nosso cotidiano¹¹ (p.251).

A sordidez experimentada nesse contexto aponta para uma situação em que a sociedade passa a não fazer mais o menor sentido para quem nela habita, a menos que se construa uma nova escala de valores no interior de relações que se interpõem entre a ordem social, cultural, política e econômica. Retratos infelizes e cruéis do cotidiano reproduzem nossa origem escravocrata, evidenciando episódios de exploração e aniquilamento, ao minimizar padrões civilizatórios inscritos no valor universal dos direitos humanos.

No domínio dos não-direitos

Muitos são os instrumentos jurídicos voltados para a proteção dos indivíduos em situação de vulnerabilidade. Em um contexto internacional de preservação das garantias fundamentais, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU)¹² em 1948, assume esse compromisso. É importante salientar que essa declaração é um documento que não detém força de lei, mas possui um reconhecimento mundial por sua importância na expressão dos ideais e valores éticos a serem seguidos e respeitados no processo de luta pela garantia e efetivação dos direitos humanos. Posteriormente à legitimação global da DUDH, tratados foram estruturados e assinados por inúmeros países, que se tornaram responsáveis por assegurar as condições necessárias para a salvaguarda desses direitos em suas delimitações geográficas.

Nesse sentido, visando à construção e à implementação de um sistema de garantias interdependentes e indivisíveis, um agrupamento de características foi constituído para que pudesse operar atravessando os direitos humanos. A concepção de universalidade está situada nesse conjunto, pautando-se na ideia da existência de uma dignidade absoluta, inerente à condição humana. De maneira geral, essa visão universalista revela que todos os cidadãos, independentemente de raça, gênero, classe social ou outro, são sujeitos de direitos. No entanto, mesmo após mais de 70 anos de adoção, o esvaziamento histórico dos direitos humanos, principalmente nos países localizados no sul global,



evidencia que “a grande maioria da população mundial não é sujeito de direitos humanos. É objeto de discursos de direitos humanos.”¹³ (p.15). As populações em situação de rua se encontram inseridas nesse quadro, que na teoria afirma que todos os indivíduos possuem o mesmo valor, mas que na realidade funciona como um localismo globalizado, definido por Boaventura de Sousa Santos como algo unicamente local que obtém a capacidade de expandir-se para o mundo, sobretudo pela influência das grandes potências mundiais¹³.

Em seu artigo inicial, a Declaração Universal aponta que: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos”¹². No entanto, uma breve análise da conjuntura atual contradiz essa afirmação. O aumento constante da desigualdade, da pobreza e miséria demonstra que, evidentemente, esse discurso de igualdade e liberdade não está pautado no modelo econômico capitalista vigente nas sociedades. A negação das condições básicas necessárias para a conservação da vida digna, como o acesso à alimentação adequada e à habitação, é um claro indicador da falácia universalista ocidental que expõe a incapacidade dos Estados na proteção dos direitos humanos e promoção da justiça social. A redação do artigo 25 da DUDH reconhece que, para os processos de preservação e desenvolvimento da vida, é necessário que toda pessoa disponha do:

*(...) direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários (...)*¹¹.

Ao contrário do apresentado pela DUDH, a vida real evidencia uma grande segregação entre o grupo de pessoas que possuem seus direitos efetivados e a outra parcela, que têm suas garantias violadas. Uma substancial fração das populações que residem nos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos é cotidianamente marginalizada e posta em sofrimento mental, físico e social. Nessas circunstâncias, encontram-se grupos de

indivíduos em distintas situações de vulnerabilidade, como é o caso das pessoas em situação de rua e seu abandono histórico por parte do poder estatal.

Como forma de superar o processo contínuo de abuso de direitos, a aplicação insurgente dos direitos humanos, como um ato contra hegemônico, tem sido encarada como uma das alternativas. Baldez¹³ (2010) define a prática insurgente como sendo:

*(...) rompimento com a ideologia classista de que o direito é o mesmo para todas as épocas e lugares, devendo ser aplicado indistintamente, sem levar em conta as grandes diferenças sociais, econômicas e culturais de classe, tanto aos interesses dos possuidores como aos dos despossuídos (p.195-196)*¹³.

O reconhecimento das relações sociais plurais existentes nos territórios opera na descontinuação da propagação e atuação desse sistema de proteção global limitado, que não é capaz de atuar em condições socioeconômicas e culturais distintas. Por fim, além da aplicação insurgente dos direitos, para que as determinações estabelecidas na declaração universal sejam concretizadas, é necessário o compromisso dos Estados, atores centrais na manutenção do bem-estar dos indivíduos. Nessa direção, a criação de políticas públicas efetivas que visem solucionar as iniquidades sociais e econômicas, atuando na matriz dos problemas, se caracteriza como uma ação imprescindível.

Múltiplas questões são evidenciadas, quando se trata do fenômeno população em situação de rua.

Isso porque, ao nos referirmos à população em situação de rua, na verdade estamos dando um nome a uma totalidade não totalizável. A manobra discursiva de denominar coletividades de “população” para todas as categorias já é em si uma generalização mais ou menos arbitrária. A chamada “população em situação de rua” é uma heterogeneidade de pessoas de várias idades,

*advindas de várias classes sociais, de variados níveis de instrução educacional, e, mais que tudo que estabelecem com a rua as mais variadas formas de relação*¹⁴ (p.132).

Junto à necessidade de aprofundamento dos estudos sobre o fenômeno *população em situação de rua*, é urgente a criação de repertórios políticos, dialógicos e programáticos capazes do real enfrentamento do problema, sem os preconceitos e a tradição das soluções vazias. Nesse sentido, somos convidados a pensar sobre o significado conceitual da palavra aporofobia, que designa a rejeição de seres humanos em situação de pobreza. O termo foi utilizado por grupos que pretendiam empoderar e tipificar delitos de ofensa aos pobres.¹⁵ Na direção contrária à aporofobia está a ética da razão cordial, cujo reconhecimento da igual dignidade é fator inegociável para “superar esse mundo de discriminações inumanas”¹⁵.

Sentimentos aporofóbicos sempre circularam na realidade espacial e temporal das diversas sociedades. Recentemente, foi aprovada no Brasil a lei 488, de 2021, com o objetivo de combater a arquitetura hostil com o uso de obstáculos à permanência da população em situação de rua em espaços públicos, apelidada de lei Padre Júlio Lacellottii.

Pessoas em situação de rua têm seus corpos em exibição permanentemente nos espaços públicos das cidades, revelando padrões de interação social cuja inexistência de intimidade valida o seu estado de nudez social. Enquanto os usuários dos restaurantes da cidade alimentam-se observando a fome do outro, o faminto tem a visão do cidadão, suprindo além de seus instintos primários, seus desejos. A situação de rua é análoga a uma gaiola de vidro onde os miseráveis seguem olhando e sendo olhados por indivíduos que não experimentam mais sentimentos éticos, solidariedade ou empatia. Todos se calam diante da questão, que submete a humanidade às formas mais primitivas e ferais de vida.

(...) só nos tornamos “mais humanos” à medida que nos tornamos mais políticos no sentido de seres cientes das relações de

*poder e violência e que, por isso, definem limites a essas relações de poder e violência como forma de sustentação da convivência, que é o elemento mais simples da condição política da espécie humana. A ideia de “humanidade” que ainda interessa a muita gente define-se na proporção direta dos direitos fundamentais dos indivíduos e dos povos, desde que eles possam existir e coabitar um mesmo mundo e, assim, partilhar condições criadas coletivamente*⁷ (p. 14).

Viver em situação de rua é estar exposto à marginalidade, exclusão, desigualdade e ao conflito permanente com o poder público. Mas implica também a criação de vínculos sociais de resistência, como é o caso dos indivíduos que trabalham ou permanecem nas ruas exercendo a chamada “virologia”, “viração” ou “viragem” — formas de se virar e extrair de um ambiente de extrema hostilidade a sobrevivência.

Somente de posse de uma implicação vital, da criação de outras formas de relação e sociabilidade, como a auto-organização, o autogoverno e outras invenções coletivas e solidárias haverá chance de produzirmos uma vida melhor para todos, até porque “sempre faz sentido escolher o impossível em vez do possível. Insensatez é aceitar o possível”¹⁶.

Novas sociabilidades: a imaginação é inesgotável

Sentimo-nos como se estivéssemos soltos num cosmos vazio de sentido e desresponsabilizados de uma ética que possa ser compartilhada, mas sentimos o peso dessa escolha sobre nossas vidas. Somos alertados o tempo todo para as consequências dessas escolhas recentes que fizemos. E se pudermos dar atenção a alguma visão que escape a essa categoria que estamos vivendo no mundo todo, talvez ela possa abrir a nossa mente para alguma cooperação entre

os povos, não para salvar os outros, mas para salvar-nos a nós mesmos¹⁷ (p.44).

Trata-se, mais do que nunca, de nos apropriarmos do sentido vital da política. É preciso rever nossos projetos, reencená-los. Somos confrontados cotidianamente com mentiras maciças que reproduzem as desigualdades pelas mídias sociais e não ativamos em nós novas formas de trabalhar em conjunto. Parecemos tão ínfimos, muito menos valiosos que bens de consumo como computadores, carros e celulares. As condições meramente tecnológicas condicionadas pelo autoengano de uma sociedade de celebridades baseada na lógica vazia dos algoritmos e de afetos tristes e cruéis derretem nossa capacidade de pensar e fazer juntos. Mas é a fadiga de hoje que pode nos inspirar, introduzindo mecanismos de desordem que nos confronte com reinvenções, novas aspirações, outros dispositivos de resistência. Quebrar hábitos e suposições, falar com outras palavras, é preciso reinventar, construir um mundo à altura das imensas perturbações que nos desafiam e entristecem.

Trata-se de retroagirmos a nossas impotências somente para ativar nossa capacidade de pensar e performar. O tom de urgência que a situação exige anseia por um novo porvir, no qual a vida seja reformatada em todas as suas células, em todos os seus itinerários, em todo o seu frescor. Precisamos da inquietude de uma conversa inacabada, de uma pausa alegre para reencenar projetos. Porque aqueles que são testemunhas do atual momento histórico não estavam preparados para o tamanho do fracasso que a civilização atual vem sofrendo.

A reorientação dos nossos desejos precisa se tornar uma marcha em curso, visível e invisível, em busca de outras sensibilidades como uma onda real e absoluta de forças que atravessem o atual cenário de ruínas que vivemos.

Referências

1. Uma pessoa morre de fome no mundo a cada quatro segundos, denunciam Ong's. O Globo.com, set. 2022. [Acesso em: 5 de nov. de 2022]. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticias> .
2. O novo mapa da desigualdade global. Outraspalavras.net, 7 dez, 2021. [Acesso em 11 de nov.2022]. Disponível em <https://outraspalavras.net/desigualdade-mundo/novo-mapa-da-desigualdade-global>.
3. Mbembe A. Necropolítica. São Paulo: N-1 Edições, 2020.7.dez.2021.
4. Marx K. O Deus dinheiro. Ilustrado por Maguma. São Paulo: Boitatá, 2018.
5. Lazzarato M. É o capitalismo, estúpido! In: Pandemia Crítica. Outono de 2020. São Paulo: Edições SESC e n-1 Edições, 2021, p. 92.
6. Dubet F. O tempo das paixões tristes. São Paulo: Vestígio; 2020.
7. Tiburi M. Ridículo Político. Uma investigação sobre o risível, a manipulação da imagem e o esteticamente correto. Rio de Janeiro: Record; 2017.
8. Horvath A e Sakolczai A. O Trapaceiro na antropologia Política. Série Pandemia. São Paulo: N-1 Edições; 2021.
9. Santos BS Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos. São Paulo: Cortez; 2013.
10. Souza, J. A elite do atraso. Rio de Janeiro: Estação Brasil; 2019.
11. AGNU. Assembleia Geral das Nações Unidas. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948.
12. Santos BS. Uma concepção multicultural de direitos humanos. Lua Nova: revista de cultura e política [Internet]. 1997 [acesso 20 jul 2022]; p. 105-124. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/gVYtTs3QQ33f63sjRR8ZDgp/?format=pdf&lang=pt>.
13. Baldez ML. Anotações sobre o Direito Insurgente. Captura críptica: direito, política, atualidade. Florianópolis: CPGD/UFSC, n.3., v.1., 2010, 195-205.
14. Macerata, I; Magalhães, J. e Resende. Direitos Humanos e população em situação de rua: as singularidades no encontro na rua. In: Grinover, (orgs.) et al, 2021. In Direitos fundamentais das pessoas em situação de rua. Belo Horizonte; 2021.
15. Cortina A. A aversão ao pobre: um desafio para a democracia. São Paulo; 2020.
16. Dagerman S. A política do impossível. Belo Horizonte: Editora Âyiné; 2021.
17. Krenak A. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo, Companhia das Letras, 2020.